

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.724.644 - SP (2018/0036488-1)**

RECORRENTE : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP  
ADVOGADO : RUBENS NAVES E OUTRO(S) - SP019379  
RECORRIDO : SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE  
ADVOGADO : SANDRA DA CRUZ CHEBATT - SP074556

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, com fundamento no art. art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça Estadual (fl. 1.352):

AÇÃO DE COBRANÇA. Contrato de fornecimento de água potável no atacado. Hipótese em que a contratada é sociedade de economia mista (SABESP) e a contratante é autarquia municipal (SAAE). 1. Prescrição. Fazenda Pública. Circunstância em que o ato interruptivo da prescrição ocorreu na primeira metade do prazo prescricional. Impossibilidade de reinício da contagem do prazo prescricional pela metade, mas sim pelo tempo necessário para se somar cinco anos. Súmula n. 383, do STF. Prescrição não consumada, no caso, eis que, entre a data do vencimento do primeiro débito (30/10/1996) e o ajuizamento da malsucedida execução (20/12/1996), que interrompeu a prescrição, decorreram menos de dois meses, restando 04 anos e 10 meses do prazo quinquenal e, entre o reinício da contagem do prazo em 25 de abril de 2000 e o ajuizamento desta ação ordinária, em 07 de abril de 2004, transcorreram menos de 04 anos. Prescrição não consumada. 2. Conversão do julgamento em diligência. Inadmissibilidade. Desnecessidade de produção de prova pericial. Nulidade não configurada. 3. Pretensão ao afastamento da condenação pelas custas despendidas pela parte contrária. Descabimento. A isenção da taxa judiciária (artigo 6º, da Lei Estadual n. 11.608/2003), não afasta a responsabilidade da autarquia municipal, vencida na demanda, quanto ao reembolso das custas processuais desembolsadas pela vencedora, em razão do princípio da sucumbência. 4. Verba honorária. Redução. Acolhimento. Hipótese em que o valor arbitrado pela r. sentença (10% sobre o valor da condenação) resultou em montante exorbitante, que ultrapassa três milhões de reais. Fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, por equidade, em R\$ 100.000,00. 5. Recurso não conhecido no que tange a juros de mora por falta de interesse recursal. Recurso, em parte, conhecido e, nesta, parcialmente provido. Dispositivo: conheceram de parte e, nesta, deram parcial provimento ao recurso.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (1.369-1.372).

Na origem, a SABESP ajuizou ação de cobrança contra o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GUARULHOS – SAAE, pretendendo a condenação da autarquia ré ao pagamento da importância de R\$

15.833.305,53 (quinze milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e três centavos), correspondente ao serviço de fornecimento de água potável por atacado nos meses de junho e julho de 1996, cobradas nas faturas dos meses de setembro e outubro do mesmo ano, e não adimplidas pela SAAE.

O Tribunal de Justiça do Estadual deu parcial provimento à apelação do SAAE, reformando a sentença monocrática de procedência do pedido, apenas para reduzir a verba honorária, fixada em 10% (dez por cento) do valor indenizatório, nos termos da ementa transcrita.

No presente recurso especial, SABESP aponta contrariedade, pelo aresto vergastado, aos arts. 1.022, I e III, e 1.025 do CPC de 2015, visto que, em suma, quedou-se silente o Tribunal *a quo* da análise dos critérios para fixação da verba honorária prevista no art. 85, § 3º, e incisos do CPC de 2015, questão essa suscitada nos aclaratórios.

Aponta, ainda, negativa de vigência ao art. 85, § 3º, e incisos do CPC de 2015, porquanto, em apertada síntese, o acórdão recorrido teria fixado a verba honorária em desacordo com os critérios objetivos prescritos pelo legislador, desconsiderando os aspectos fáticos e peculiares da causa, como a sua complexidade, sua importância, o montante do benefício econômico perseguido, o valor que lhe foi expressamente atribuído pelo autor e, ainda, a responsabilidade assumida pelos respectivos patronos.

Apresentadas contrarrazões às fls. 1.394-1.399.

É o relatório. Decido.

Com relação à apontada contrariedade aos arts. 1.022, I e III, e 1.025 do CPC/15, verifica-se não assistir razão à recorrente, pois o Tribunal *a quo* decidiu a matéria de forma fundamentada, tendo analisado todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, mormente aquela apontada como omitida no apelo nobre, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária aos seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1022, II, do CPC/2015, conforme

pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1625513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 08/02/2017).

Em relação à alegação de negativa de vigência ao art. 85, § 3º e incisos, do CPC/15, ainda sem razão a recorrente, sendo assente nesta Corte o entendimento no sentido da inviabilidade de revisão de honorários advocatícios em sede de recurso especial, uma vez que para tanto seria necessário o reexame de matéria de ordem fática, atraindo o óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

Entretanto, tal impedimento pode ser mitigado quando verificado que a verba honorária foi fixada irrisória ou exorbitantemente, o que não é o

caso dos autos, uma vez arbitrada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nesse sentido, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. FAZENDA ARAGUAIA. AÇÃO PROPOSTA COM FUNDAMENTO NO ART. 485, INCISO VI, PRIMEIRA PARTE, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LAUDOS PRODUZIDOS. ANÁLISE DOS DADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE CONSIGNOU SER IMPOSSÍVEL A AVALIAÇÃO DA ALEGADA FALSIDADE, DIANTE DE INTENSA ATIVIDADE ANTRÓPICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. REDUÇÃO.

1. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região entendeu que o Ministério Público Federal não teria carreado aos autos, para fins de comprovação da alegada falsidade, a indispensável prova. Nessa toada, a Terceira Turma daquela concluiu corretamente, quando do julgamento da apelação criminal, que se a perícia realizada 10 anos depois de intensa atividade antrópica não era servil para caracterizar eventual fraude ocorrida no primeiro laudo, quanto pior aquela realizada 18 anos depois, especialmente quando não realizada para atingir tal desiderato.

[...]

8. No que tange à fixação dos honorários, a regra aplicável ao caso é aquela versada no § 4º do art. 20 do CPC, que preceitua que, se condenada a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada tomando por base critérios equitativos, e não a base de no mínimo 10% e no máximo 20%, e com vistas no posicionamento do Superior Tribunal de Justiça na linha de que a revisão dos honorários, nas hipóteses de condenações irrisórias ou excessivas, pode ser revista - não tendo incidência o teor da Súmula 07/STJ - entendendo razoável a sua redução para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme pleiteado pelo recorrente.

9. Recurso especial interposto pelo Ministério Público Federal não conhecido, em razão da incidência do enunciado sumular n. 7/STJ. 10. Recurso especial interposto pelo INCRA parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, apenas para reduzir o valor da condenação em honorários advocatícios (REsp 1179444 / DF, Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN, Relator(a) p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 06/09/2012, DJe 19/12/2012).

RECURSO ESPECIAL. PIS. PAGAMENTO INDEVIDO. COMPENSAÇÃO. ART. 535 DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS DE MORA. COMPENSAÇÃO COM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DE OUTRA ESPÉCIE.

- Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão da apelação, não se configura a alegada violação do art. 535 do Código de Processo Civil.

- A correção monetária integral compreende os expurgos inflacionários, na linha da jurisprudência desta Corte, entendimento adotado no acórdão recorrido.

- Os juros de mora, nos casos de compensação, são devidos somente a partir do trânsito em julgado da ação. Precedente julgado sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/2008.

- A possibilidade, ou não, de se efetuar a compensação com tributo

ou contribuição de outra espécie administrados pela Secretaria da Receita Federal depende da legislação em vigor na data do ajuizamento da ação. Ajuizada a presente demanda em 10.5.1996, incide a Lei n. 8.383, de 30.12.1991 (com a alteração da Lei n. 9.069, de 29.6.1995), segundo a qual "a compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie" (art. 66, § 1º). Precedente julgado sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/2008.

- Possível a majoração dos honorários advocatícios quando demonstrada a desproporção e a falta de razoabilidade no arbitramento da verba.

Recurso especial parcialmente provido para admitir a cobrança de juros moratórios após o trânsito em julgado da sentença e majorar a verba honorária para R\$ 100.000,00 (REsp 1097161 / SP, Relator (a) Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 21/06/2012, DJe 12/09/2013).

Cumpre ainda salientar que, na hipótese, o acórdão recorrido especialmente, considerando que os 10% (dez por cento) arbitrados sobre o valor da condenação alcançariam importe superior a R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), entendeu pela sua redução, de forma considerável, para o valor de R\$ 100.00,00 (cem mil reais)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator